

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 943.038 - SP
(2016/0154415-6)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : FUNDACAO SAUDE ITAU
ADVOGADOS : FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS - RJ148512
RAFAEL BARROSO FONTELLES - SP327331
DEBORAH GONZALEZ DAHER E OUTRO(S) - SP335746
CLAUDIO DE ANDRADE PACI - SP270857
EMBARGADO : VALMIR BARRANCO
ADVOGADO : MARIA TERESA FERREIRA DA SILVA - SP215055

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

Apelação Cível.

Plano de saúde coletivo - Funcionário inativo - Direito de manutenção do beneficiário nas mesmas condições contratuais, respondendo pelo pagamento integral das mensalidades - Exegese do artigo 31, “caput”, da Lei nº 9.656/98 - Prestações mensais que devem ser calculadas com base na soma dos valores despendidos pelo empregado e pela empregadora no pagamento imediatamente anterior à rescisão do contrato de trabalho - Devolução dos valores pagos a maior que se impõe.

Dá-se provimento ao recurso.

Embargos de declaração rejeitados (fls. 260-266).

Mediante a decisão de fls. 410-416, proferida em 13.8.2019, conheci do agravo e dei parcial provimento ao especial, para reconhecer o direito à manutenção do ex-empregado aposentado no contrato do plano de saúde, sob as mesmas condições de cobertura assistencial dos funcionários da ativa, mediante o pagamento dos valores integrais dos prêmios, mas sem direito adquirido ao regime de custeio.

Verifico, todavia, que a controvérsia dos autos trata do tema afetado à Segunda Seção deste Superior Tribunal, sob o rito dos repetitivos - artigo 1.036 do Código de Processo Civil de 2015, nos RESPs 1.818.487/SP, 1.816.482/SP e 1.829.862/SP,

Superior Tribunal de Justiça

Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, vinculado ao Tema 1.034, com determinação para suspensão da tramitação, em âmbito nacional, dos processos que versem sobre a questão afetada, mantida, no entanto, a possibilidade de concessão de medidas urgentes pelas instâncias ordinárias.

Com efeito, as ementas das propostas de afetação acolhidas pela Segunda Seção em 29.10.2019, com idêntico teor, têm a seguinte redação:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.

1. Delimitação da controvérsia: **Definir quais condições assistenciais e** de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

Desse modo, caracterizada a identidade de questão de direito submetida à sistemática dos recursos repetitivos, devem ser devolvidos os autos ao Tribunal de origem, nos termos do artigo 256, L, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, II, do Código de Processo Civil/2015, determino a devolução destes autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para nele permanecerem sobrestados até a conclusão do julgamento do mérito dos recursos recebidos como representativos da controvérsia (Tema 1.034), e, após, que se proceda em conformidade com os comandos dos artigos 1.040 e 1.041 do referido código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora